

UM OLHAR PSICANALÍTICO SOBRE AS NARRATIVAS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Mayara de Sousa ANDRADE¹

Aline Souza MARTINS²

Resumo

O presente estudo visa analisar as narrativas de mulheres sobre a violência sofrida no âmbito doméstico em uma perspectiva psicanalítica, realizando uma crítica ao conceito de masoquismo feminino e pensando possíveis relações entre o gênero e o processo social que leva à manutenção da violência. Trata-se de uma pesquisa qualitativa na qual foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com perguntas em torno de quatro questões principais: rede de apoio, carreira, autoimagem e relacionamento amoroso. Os dados foram analisados atendo-se aos elementos recorrentes ou comuns no discurso das participantes. Assim, foram identificados os seguintes temas relacionados à violência doméstica: o trabalho remunerado; a rede de apoio; a idealização do casamento; o relacionamento com os cuidadores primários; as nuances da relação com o agressor. Essa pesquisa permite demonstrar a importância da escuta das questões de gênero para o atendimento e tratamento de mulheres vítimas de violência sob a perspectiva psicanalítica.

Palavras-chave: Psicanálise; Violência doméstica; Estudos de Gênero; Masoquismo feminino.

1

A PSYCHOANALYTIC PERSPECTIVE ON THE NARRATIVES OF WOMEN VICTIMS OF DOMESTIC VIOLENCE

Abstract

This study aims to analyze the narratives of women who have suffered domestic violence from a psychoanalytic perspective, offering a critique of the concept of feminine masochism and exploring potential connections between gender and the social processes that perpetuate violence. This qualitative research involved five semi-structured interviews centered on four main themes: support networks, career, self-image, and romantic relationships. Data analysis focused on recurring or common elements in the participants' discourse. Key themes identified include the role of paid work, support networks, the idealization of marriage, relationships with primary caregivers, and nuances in the dynamic with the abuser. The findings underscore the importance of integrating gender-sensitive approaches into psychoanalytic care and treatment for female victims of domestic violence.

Keywords: *Psychoanalysis; Domestic Violence; Gender Studies; Feminine Masochism.*

¹ Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: mayaradesousa.andrade@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7344-5248>

² Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: alinesouza.martins@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7391-2551>

UNA MIRADA PSICOANALÍTICA SOBRE LAS NARRATIVAS DE MUJERES VÍCTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo analizar las narrativas de mujeres que han sufrido violencia doméstica desde una perspectiva psicoanalítica, realizando una crítica al concepto de masoquismo femenino y explorando posibles relaciones entre el género y los procesos sociales que perpetúan la violencia. Se trata de una investigación cualitativa en la que se realizaron cinco entrevistas semiestructuradas, centradas en cuatro ejes temáticos: red de apoyo, carrera profesional, autoimagen y relación amorosa. Los datos se analizaron considerando los elementos recurrentes o comunes en el discurso de las participantes. Entre los temas identificados destacan el trabajo remunerado, la red de apoyo, la idealización del matrimonio, la relación con los cuidadores primarios y las dinámicas con el agresor. Esta investigación demuestra la importancia de incorporar enfoques sensibles al género en la atención y tratamiento psicoanalítico de mujeres víctimas de violencia doméstica.

Palabras-clave: Psicoanálisis; Violencia doméstica; Estudios de Género; Masoquismo femenino.

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa analisar as narrativas de mulheres sobre a violência sofrida no âmbito doméstico em uma perspectiva psicanalítica, pensando possíveis relações entre o gênero e o processo social que leva à manutenção da violência por parceiro íntimo. Inicialmente, apresentaremos como o conceito de “masoquismo feminino” foi construído na psicanálise, a partir de um viés crítico, bem como o uso da terminologia dentro das pesquisas que se propõe a compreender a violência doméstica contra a mulher sob o prisma da psicanálise. Posteriormente, apresentaremos as narrativas de cinco mulheres entrevistadas através do recorte temático ao qual chegamos pela análise em diálogo com a bibliografia referente aos temas elencados: trabalho, rede de apoio, casamento, cuidadores primários e relação com o agressor.

Prontamente é possível reconhecer a importância de se fomentar trabalhos acerca deste fenômeno, pois o número alarmante de que a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas no Brasil permanece. Segundo a pesquisa Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado (Venturini & Gordinho, 2013), em 80% dos casos, o responsável pela agressão é o próprio parceiro (marido, namorado ou ex) com quem convive diariamente. Essas situações produzem um leque amplo de danos à saúde das mulheres, como maior chance de apresentarem pior avaliação de sua saúde e queixas de dor, perda de memória,

tontura, corrimento vaginal, transtornos mentais comuns, ideação suicida, abortamentos, infecções por IST/HIV, gravidez indesejada e disfunções sexuais, além de patologias como fibromialgia (Devries et al., 2011).

Para os estudos sobre este tema, entendemos que a subjetividade feminina não deve ser compreendida como a partir de um viés universal, mas sim como a criação de uma série de interpretações ligadas ao gênero que são historicamente construídas e localizadas (Haraway, 1995). Assim, partimos da conceituação e crítica ao masoquismo feminino (Freud, 1919; 1924a; 1924b; 1933) como exemplo de conceito psicanalítico criado a partir da posição masculina, para problematizar o gênero como categoria imprescindível nos estudos sobre violência doméstica, presente na narrativa das mulheres que experienciaram essas situações.

Retomando, para algumas discussões contemporâneas da psicanálise, em diálogo com os feminismos, é possível entender que a construção do feminino e do masculino a partir do universal tem como paradigma uma referência masculina (Haraway, 1995; Martins, 2019; Martins & Santiago, 2020; Silveira, 2024). Tendo em vista que pretendemos adotar uma visão crítica ao uso do termo “masoquismo feminino”, faremos um breve retorno a como o termo é compreendido na obra freudiana.

No contexto do primeiro dualismo pulsional, o masoquismo foi localizado por Freud (1919) como desdobramento da co-excitação ou do retorno do sadismo para a própria pessoa, este indicado como destino possível. O autor descreve que observava nestes pacientes, um retorno à organização pré-genital bastante facilitado, geralmente para a fase sádico-anal da vida sexual. Se a organização genital fosse atingida pela repressão, haveria como consequência, que toda representação psíquica do amor incestuoso se tornaria inconsciente, e também, que a organização genital sofresse uma degradação regressiva. Ou seja, “Meu pai me ama” tinha um sentido genital, mas, devido a regressão, se converge em “Meu pai bate em mim”. Logo, ser golpeado tornava-se uma convergência de consciência de culpa e erotismo; não é só o castigo pela relação genital proibida, mas também o substituto regressivo para ela, e desta última fonte retira a excitação libidinal que a partir de então estará unida a ele. Portanto, esta era a essência do masoquismo.

No entanto, em seu texto “Além do princípio de prazer”, Freud (1920) formula a concepção sobre a pulsão de morte, localizando o sadismo, bem como o masoquismo no vínculo entre agressividade e pulsão de morte. Ele esboça a hipótese de que o sadismo resultaria de uma operação do Eu que, sob influência da libido narcísica, empurra a pulsão de morte para fora de si de forma tal que ela se apresenta somente no objeto (Silveira, 2024). Com isto, é alterado o lugar do sentimento de culpa no masoquismo. “Se no texto de 1919 ele era responsável pela transformação do sadismo em masoquismo na fantasia de espancamento, no texto de 1924, ele passa a ser responsável diretamente por um dos tipos de masoquismo, o masoquismo moral” (Silveira, 2024, p. 83).

Em seu texto “O problema econômico do masoquismo”, já no contexto do segundo dualismo pulsional, Freud (1924a) teoriza sobre os tipos de masoquismo, que se apresentam sob três formas: como uma condição imposta à excitação sexual; como a expressão da natureza feminina e como norma de comportamento. Isto é, um masoquismo erógeno, um masoquismo feminino e um masoquismo moral. O masoquismo feminino, curiosamente é localizado pelo autor como encontrado nos homens (Silveira, 2024), mas escolhe nomeá-lo desta maneira por conta de seu “traço negativo”, que coloca o indivíduo em uma situação com características femininas, dentre elas: ser castrado, copulado ou dar à luz um bebê.

É notório como Freud atribui o masoquismo como uma suposta natureza feminina no trecho:

A supressão da agressividade prescrita constitucionalmente e imposta socialmente à mulher, favorece o desenvolvimento de fortes impulsos masoquista, que, como sabemos, têm êxito em ligasse eroticamente a inclinações destrutivas voltadas para dentro. *De modo que o masoquismo é, como se diz, realmente feminino.* No entanto, se vocês encontrarem o masoquismo em homens, como é frequente, não lhes resta senão dizer que esses homens mostram nítidos traços femininos (Freud, 1933 p. 268, grifos nossos).

4

Fica claro a afirmação do autor de que para ele o masoquismo é feminino, mas é importante pensar isto por outra perspectiva, “a de que o desenvolvimento de impulsos masoquistas é favorecido nas mulheres em virtude da supressão da agressividade” (Silveira, 2024, p. 88). Para Freud, o feminino contém o masoquismo em seu cerne. Isso talvez seja assim no pensamento de Freud porque as representações de gênero associam o feminino à passividade. Para o autor “a exigência feminista de igualdade de direitos não vai longe, a diferença morfológica tem de se manifestar em diferenças no desenvolvimento psíquico” (Freud, 1924b, p. 211).

Posteriormente, alguns estudos psicanalíticos que se dispuseram a articular a teoria psicanalítica com o fenômeno da violência doméstica contra a mulher tomaram estas concepções sobre masoquismo feminino para encarar o fenômeno de forma pouco crítica em relação ao lugar da mulher na sociedade patriarcal. A pesquisa de Miranda e Ramos (2014), por exemplo, visou averiguar os aspectos subjetivos envolvidos em uma parceria amorosa em que a mulher é agredida por seu parceiro íntimo, apresentando um caso clínico para evidenciar a posição masoquista feminina enquanto uma máscara para capturar o desejo masculino. Para os autores, a entrevistada ocupa uma posição masoquista, e em seu relato existiria uma naturalização das violências sofridas:

É ela, a mulher, mascarada com um masoquismo, que dá conta de localizar o gozo fálico do marido. E ele ao fazer dela seu sintoma, transforma-a em seu objeto de gozo. De sua parte, não há como situar e delimitar o modo de gozar feminino, pois a

mulher não se inscreve toda na função fálica. Por isso, o parceiro de uma mulher pode ser um parceiro-devastação na medida em que falta a ela um significante que localize sua forma de gozar com um outro, o que justifica os habituais dissabores femininos no tocante ao amor. (Miranda & Ramos, 2014, p. 46, grifo nosso).

Miranda & Ramos (2014) concluíram que ao “consentir” em ser o objeto a, objeto causa de desejo de um homem, assume uma posição masoquista, para apreendê-lo em sua fantasia fetichista. No entanto, nós discordamos desta perspectiva, e, tendo em vista as questões históricas e ideológicas que colocaram mulheres em posição de subserviência masculina, podemos questionar até que ponto se trata de um consentimento de fato. O trabalho de Narvaz (2010), na mesma linha de questionamento, também critica esta perspectiva do uso da psicanálise para culpabilizar individualmente as mulheres por um sofrimento gerado por condições sociais. A autora problematiza os discursos sobre o masoquismo feminino —presentes nos textos freudianos— em sua relação com a violência doméstica contra as mulheres, uma vez que estes atribuem às vítimas a culpa pelas violações sofridas, que são percebidas como masoquistas. Para a autora é importante dar historicidade a tais discursos, identificar seus efeitos ético-políticos na constituição das relações de gênero e problematizar suas naturalizações.

Portanto, o masoquismo, a passividade e o desejo de servidão sexual inscrevem-se não em uma pretensa natureza feminina, mas na história da produção ideológica das subjetividades em gêneros segundo determinado imaginário social encontrado ainda hoje em algumas teorias psicanalíticas. Tais concepções podem operar na contramão da luta contra as diversas formas de violência sexual e doméstica impetrada contra as mulheres, uma vez que individualizam e naturalizam a passividade e o masoquismo feminino, alegando sua cumplicidade com a sujeição aos abusos e à violação (Narvaz, 2010; Moreira, 2024). A partir desta crítica, entendemos que, mesmo na psicanálise, o diálogo das narrativas de mulheres que sofreram violência com os estudos de gênero é mais profícuo do que o uso do conceito de masoquismo.

O gênero foi constituído ao longo da história como um conceito das ciências sociais para designar as representações que são sobrepostas de maneira arbitrária sobre o sexo biológico, destacando suas diferenças. Assim, também este conceito passa por uma disputa entre suas pesquisadoras. Usaremos aqui Joan Scott (1986), que ao trabalhar o gênero como categoria útil para a história, fornece uma importante recuperação do debate e demonstra como este conceito está intimamente relacionado com as relações de poder, fundado sobre a percepção das diferenças entre os sexos como desigualdades. Para a autora, o gênero é representado e reafirmado pela relação entre quatro aspectos: símbolos disponíveis na cultura; conceitos normativos usados para interpretar a cultura, como doutrinas religiosas, educação, ciência, política e escritos jurídicos; imposição da lógica binária; e criação da identidade subjetiva. O gênero, portanto, é “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; uma forma primeira de significar as

relações de poder” (Scott, 1986, p. 67) e: “portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (Scott, 1986, p. 70).

Assim, com este trabalho, não pretendemos pôr em questão a existência do masoquismo e os usos subjetivos dele, mas sim problematizar que ele seja concebido como uma pretensa natureza feminina, e o uso dessa terminologia para a compreensão do fenômeno da violência doméstica contra a mulher, tendo em vista as consequências que isto pode gerar. Optamos, nesse caso, pelo diálogo entre a psicanálise e a teoria social crítica, que aponta a construção histórica das relações entre grupos como fundante da ideologia que sustenta a normatividade nas relações, papéis e representações sociais. Desta forma o gênero é um conceito bastante frutífero para a discussão tanto sobre subjetividade, quanto sobre violência doméstica perpetrada pelo parceiro íntimo.

METODOLOGIA

Para chegar às narrativas das mulheres vítimas de violência, partimos do estudo crítico de conceitos psicanalíticos a partir da escuta de cinco mulheres adultas em entrevista semiestruturada. Posteriormente realizamos uma análise baseada no discurso psicanalítico que nos permitiu retomar a crítica ao conceito de masoquismo.

Inicialmente, a divulgação da pesquisa foi feita no Projeto Juntas, na Clínica Escola do Mackenzie, e no âmbito do Projeto de Pesquisa “Avaliação de grupos psicoterapêuticos de mediação para vítimas de violência realizados no serviço-escola da Universidade Presbiteriana Mackenzie”. Se trata de uma pesquisa qualitativa, em que contamos com uma ficha de dados pessoais e sociodemográficos, e uma entrevista semiestruturada, com perguntas em torno de quatro esferas principais, retiradas de estudos prévios: rede de apoio, carreira, autoimagem e relacionamento amoroso. A pesquisa qualitativa foi escolhida pois visa analisar significados, motivações, valores e crenças, e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois respondem a noções particulares e construídas ao longo da história das participantes. Já o modelo semiestruturado para a entrevista tem a vantagem de delimitar o volume de informações, obtendo assim um direcionamento mínimo para o tema e, quando pertinente, adicionando perguntas para elucidar questões importantes e previstas na literatura (Boni & Quaresma, 2005).

Segundo Diniz e Angelim (2003), não é recomendado que seja realizado um questionamento direto a respeito da violência doméstica, levando em consideração a carga de sensibilidade do assunto. Assim, a temática foi abordada somente quando a participante, por livre iniciativa, se dispôs a comentar sobre o tema, o que aconteceu em todas as entrevistas. A amostra teve como corte mulheres que sofreram violência doméstica pelo parceiro íntimo, composta por 3 mulheres que se autodeclararam pardas e 2 brancas, todas maiores de 18 anos e com renda em torno de 1 salário mínimo. Quanto aos aspectos éticos,

o estudo foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (CAAE: 55124222.0.0000.0084) que garante o consentimento e os esclarecimentos previstos. As participantes puderam contar com o apoio dos professores responsáveis e a estrutura do Serviço Escola da Universidade, caso necessário.

Para o estudo, foi considerada violência doméstica todas as tipificações qualificadas pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), são elas: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial, violência moral, que tenham sido perpetradas pelo parceiro íntimo da vítima. Assim, foi considerado no estudo todo ato de violência que possa resultar em quaisquer danos físicos, como tapa, empurrão, chacoalhão, soco, chutes ou surras, estrangulamento ou uso/ ameaça de arma de fogo ou branca; sexual: relação sexual forçada, relação sexual por coação ou medo, e prática sexual degradante ou humilhante forçada; ou psicológica: insulto humilhação, intimidação ou ameaça (Saffioti, 2001).

Para análise recorreremos à técnica de análise de discurso lacaniana (Dunker, Paulon e Milán-Ramos, 2016), através da qual a leitura das narrativas destaca o valor do significante em sua heterogeneidade entre fala e língua, entre significação e valor, entre enunciação e enunciado, entre dizer e dito, o que é uma metodologia própria da psicanálise. Isso significa que o conteúdo, ou seja, o significado das palavras no senso comum não representa necessariamente a posição do narrador em relação ao que é dito, como na análise do discurso, o que fica subsumido por trás do que é dito é levado em consideração na análise, inclusive o que emerge como manifestações do inconsciente, como lapsos de memória, chistes e atos falhos. O discurso é mais claramente posicionado como um nível de linguagem intermediária, entre a fala individual e a história coletiva. Ele constitui, portanto, certa modalidade de memória compartilhada e de mediação para os atos de reconhecimento.

Entendemos que essa técnica possibilita um contato direto com os sujeitos referidos no fenômeno a ser investigado, uma vez que é possível uma escuta psicanalítica em contextos além da clínica pois, “O inconsciente está presente como determinante nas mais variadas manifestações humanas, culturais e sociais. O sujeito do inconsciente está presente em todo enunciado, recortando qualquer discurso pela enunciação que o transcende” (Rosa, 2004, pp. 341-342).

Sendo assim, conforme Rosa (2010), é possível a escuta psicanalítica a partir do diálogo comum, de entrevistas e depoimentos, desde que preservados os princípios básicos da psicanálise.

Falar de sujeito é falar de uma concepção ético-política, e não de uma faceta do indivíduo recortado em bio/psico/social, sujeito produto e produtor da rede simbólica que caracteriza o que chamamos o social e o político. Desvendar um é desvendar o outro. O método para alcançar sua mensagem tem como via de acesso a palavra. O saber, a criação de novos saberes, só será instaurado pela transferência

que supõe a relação de pelo menos dois inconscientes, a escuta de um outro (Rosa, 2010, p. 182).

A análise do conteúdo desta pesquisa foi, portanto, orientada pela escuta do discurso das entrevistas, evidenciando a repetição de significantes que demonstrem que existe uma representação sobre o que é ser mulher e a representação da relação amorosa. A escuta, na clínica, tem como base a teoria e a atenção à fala do analisando. Na pesquisa, o processo é semelhante, no entanto, ao invés da fala, o objeto de estudo é o texto escrito, com o intuito de “identificar significantes cujo sentido assume o caráter de uma contribuição original para o problema de pesquisa norteador da investigação” (Iribarry, 2003, p. 129).

A experiência com os dados é transformada em texto que identifica e realça marcas no discurso, posições, efeitos de sentido. A escrita do caso vai além de uma apreensão circunstancial e momentânea do observado, pois envolve uma construção, a construção do caso metodológico, que transforma os registros daquilo que se apresenta como enigma em um relato, uma narrativa, uma experimentação e teorização de um campo. O caso revela não só o pesquisado, mas também aquele que escuta e as sinuosidades do campo que transita (Rosa, 2010, p. 186).

Sendo assim, essa metodologia torna possível que analisemos os significantes usados para descrever o que é ser mulher e o que é violência, obtendo uma representação da problemática da pesquisa a partir de uma análise ético-política do sofrimento destas mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As narrativas de Rubi, Esmeralda, Safira, Jade e Pérola foram atentamente escutadas, transcritas e analisadas, sendo os elementos recorrentes no discurso das participantes identificados como os seguintes temas relacionados à violência doméstica: I) o trabalho remunerado, que aparece permeado pela sobrecarga de desempenhá-lo conjuntamente ao trabalho reprodutivo e afazeres domésticos; II) a rede de apoio, que por um lado encontra-se comprometida nos relatos das mulheres que não conseguiram se desvencilhar da situação de abuso e, por outro lado, é descrita como sólida por aquelas que romperam o relacionamento; III) a idealização do casamento, que também foi apontada como um fator para a permanência na relação; IV) o relacionamento com os cuidadores primários, um elemento também relacionado com o fenômeno da violência (visto que algumas entrevistadas indicaram que procuravam nos seus relacionamentos amorosos o que não tiveram com seus pais, e a relação com seus pais serviu como referência para a busca de parceiros); V) e, por fim, as nuances da relação com o agressor. Esse recorte permite

demonstrar a importância da escuta das questões sociais para a compreensão do sofrimento envolvido na violência contra a mulher, que apesar de seus aspectos singulares, guarda grande proximidade com questões comuns do universo das disputas de poder no âmbito do gênero. Assim, optamos por destacar os temas comuns às narrativas em diálogo com a literatura pregressa.

I) Trabalho remunerado e trabalho reprodutivo

Diante do que foi exposto, daremos início a análise do conteúdo obtido através das entrevistas. Os dados estatísticos e a literatura acadêmica, apontam que um dos fatores que levam vítimas de violência doméstica a permanecerem nestes relacionamentos é a dependência financeira (Côrtes, 2012). Elemento este, que também atravessa a fala das participantes, embora todas as entrevistadas desempenhassem atividades laborais, seja de maneira assalariada ou autônoma, a renda obtida era insuficiente para custear sustento para si e para os filhos de maneira independente dos cônjuges, mesmo com o auxílio da pensão alimentícia. Como é possível observar na fala de Rubi:

“Não é, é muito pouco, se eu consegui um dia ter minha casinha, essas coisas, eu não consigo me manter com esse salário, teria que fazer alguma coisa a mais, ou procurar outro emprego, ou me virar de alguma outra forma. Eu teria que ficar com dois empregos, eu acho” (Rubi, 24 anos).

9

Concomitantemente a isto, o trabalho remunerado, que deveria ser emancipatório, apresenta-se com a sobrecarga de exercer uma jornada tripla, que envolve o ofício, os afazeres domésticos e cuidados com os filhos ou irmãos mais novos. Estes cuidados são denominados de trabalho reprodutivo que, como Silvia Federici discorre em sua obra “Calibã e a bruxa” (2017), possui bases históricas e sociais para ser atribuído majoritariamente às mulheres. Segundo a autora, no advento do capitalismo somente a produção voltada para o mercado é definida como uma atividade de valor, enquanto o trabalho reprodutivo é encarado como sem valor, do ponto de vista econômico, deixando de ser considerado trabalho, sendo mistificado como uma vocação natural das mulheres, possibilitando desta forma a acumulação de capital. Essa é uma questão eminentemente relacionada ao gênero, ou seja, ao impacto da relação de poder na estruturação da divisão de papéis na sociedade e na desvalorização do que passa a ser considerado como trabalho feminino, ou seja, o trabalho de cuidado e manutenção da vida.

Nesse sentido, foi possível identificar as queixas com relação ao trabalho reprodutivo em muitas falas das entrevistas, em uma delas, Rubi diz:

“Depois que os dois estavam trabalhando, não estava dando certo [...] Eu saía para trabalhar, eu arrumava as crianças, trazia as crianças, ia trabalhar, levava na escola,

pedia às vezes para sair um pouco mais cedo pra buscar eles na escola, depois voltava pro trabalho, saía do trabalho, pegava eles, levava pra casa, ia dar banho neles e a janta, e ia arrumar a casa. Então, no outro dia eu estava só o bagaço, e era a mesma coisa, então teve uma hora que eu falei que não aguentava mais, tanto que as nossas maiores brigas foram por causa dessas coisas, e aí a gente começou a brigar muito por causa dessas questões” (Rubi, 24 anos).

Na fala de Rubi fica clara a sobrecarga da mulher como única responsável pelo cuidado com os filhos, essa queixa se transfere para o marido, mesmo que parte dela advinha da estrutura econômica e social do capitalismo. Esmeralda relata que precisou deixar seu emprego quando um familiar foi acometido por uma doença, em virtude de ser a filha mais velha, isto possui implicações no investimento do progresso de sua carreira:

“Meu pai ficou doente, fez uma cirurgia e não tinha quem cuidar dele, e para arrumar uma cuidadora é um absurdo, e a gente não tinha dinheiro para pagar, e aí como eu sou a mais velha das meninas, resolvi pedir as contas[...] Meus irmãos eram mais velhos do que eu, mas eles não sabiam fazer nada, não sabiam cozinhar, passar, lavar, eu que tive que fazer” (Esmeralda, 49 anos).

Já a entrevistada Jade conta que precisou começar a trabalhar dentro de casa e fora para ajudar a sustentar e cuidar da família, esta dinâmica dificultou que gozasse financeiramente de seu trabalho:

“Então desde os meus 14 anos eu me tornei independente, porque eu tinha que ajudar já a minha mãe a pagar as contas, eu nunca pegava o meu salário só para mim nem nada, muito pelo contrário, eu tinha que ajudar minha mãe a pagar as contas, tinha que ajudar a cuidar das minhas irmãs, trabalhar, estudar e cuidar da casa” (Jade, 37 anos).

Considerando que segundo Hornstein (1989) a subjetividade diz respeito aos primeiros laços afetivos constituídos com o mundo, o lugar que a criança ocupa na estrutura familiar, influencia como foi desejada pelos adultos próximos, as imagens que construiu como próprias e, conseqüentemente, as expectativas que terá sobre seu papel na família e na sociedade. Podemos supor que a posição atribuída a essas mulheres, desde muito jovens, como únicas responsáveis pelo cuidado, pode ter influenciado na permanência em uma relação permeada pela violência. Visto que lhes foi atribuído a responsabilidade financeira e de cuidados com os demais membros da família, por vezes em detrimento de suas conquistas individuais.

Demonstrando a complexidade dos motivos que levam mulheres a permanecerem em relações violentas, nas falas citadas é possível perceber que a estrutura de gênero (Scott,

1986) está presente desde os primeiros laços afetivos, na posição que as entrevistadas ocupam na família e nos papéis atribuídos à estas mulheres na sociedade. Assim, se mostra fundamental que o profissional da saúde tenha uma compreensão de gênero ao escutar a violência, para não adotar uma perspectiva que culpabiliza as mulheres pelas violências sofridas, como o que pode acontecer ao interpretar este fenômeno sob a ótica do conceito de masoquismo feminino. No uso do conceito de masoquismo feminino para interpretar estas situações de vulnerabilidade, a repetição traumática fica em segundo plano e a estrutura social é negligenciada, gerando um processo de descrédito do sofrimento feminino diante da violência estrutural contra as mulheres (Santos et. al, 2021).

II) Rede de apoio

De acordo com Narvaz e Koller (2004), dentre as estratégias que têm se mostrado efetivas, está a busca pelo estabelecimento de uma rede de apoio social e afetiva permeada por relações de reciprocidade e estabilidade construtivas, com equilíbrio de poder. As entrevistadas que conseguiram sair da situação de abuso trouxeram em seus relatos a presença de uma rede de apoio sólida, com a qual podiam contar em momentos de necessidade financeira, e atribuíram a esta rede um papel importante para romper o relacionamento.

“Quando eu preciso de dinheiro emprestado, aí eu busco minha família [...] Ou quando eu estava passando por uma situação muito difícil no meu antigo relacionamento, que estava abusivo demais, aí eu pedi ajuda, e consegui ficar em um quarto aqui com meus filhos” (Rubi, 24 anos)

“Minha família me apoiou muito, e foi por isso que eu consegui sair. Quem não tem o apoio de uma família para poder sair, esquece [...] Ou arruma alguém para ter um apoio ali e sair, ou se depender da justiça, não sai não, porque morre, a justiça não dá respaldo” (Safira, 28 anos)

Em contrapartida, como afirma Rocha e colaboradores (2019), o isolamento social e a ausência da rede de apoio são fatores que podem contribuir para que a mulher não se sinta com suporte o suficiente para se desvincular da relação violenta. Esta ausência funciona como aspecto mantenedor da situação de violência e do relacionamento abusivo, de modo que a mulher permaneça em uma situação de risco. No estudo, as mulheres que ainda mantinham relacionamento com o agressor apontaram uma rede de apoio precarizada, como na fala de Esmeralda que relata afastamento gradativo de alguns familiares para evitar brigas:

“Eu evito contato com meus primos, para evitar fadiga, para não ter confusão, porque na família do meu marido não é assim, então eu tenho que respeitar também

o lado dele, então para mim, o que é viver bem é ter que deixar muita coisa para lá, para viver bem” (Esmeralda, 49 anos).

De acordo com Gomes e colaboradores (2015) as relações interpessoais com outras pessoas possibilitam o compartilhamento de emoções e sentimentos, bem como a sensação de proteção. Essa forma de apoio possibilita à mulher dar outro rumo a sua vida, é notório como o agressor afasta a vítima de possíveis redes de apoio, como foi observado na fala de Esmeralda, e também está presente no discurso de Safira:

“Como eu teria amigos? Ele tinha ciúmes de todo mundo, ele tinha ciúmes das minhas irmãs comigo [...] Eu não podia ir na casa da minha irmã sozinha não, porque provavelmente a gente iria conversar coisas, e eu ia em algum momento dizer que ele me agredia, o que ele fazia, ia contar como era meu relacionamento com ele. Então, ele não me deixava ir sozinha, visitar a família só se fosse com ele do lado” (Safira, 28 anos).

Rosa (2022) argumenta que a forma como estabelecemos laços sociais é ditada pelas convenções do discurso em que estamos inseridos. E, considerando que, são os laços sociais “que inserem o sujeito simultaneamente no jogo relacional, afetivo, libidinal e no jogo político, pautando a construção da história de cada um, inserida no campo discursivo de seu tempo” (Rosa, 2022, p. 5) é possível questionar sobre os interesses de um discurso pautado em não abrir espaço para que mulheres estabeleçam laços com outras mulheres, uma vez que isto dificulta e enfraquece o surgimento de formas de resistência à posição de subalternidade que lhes é imposta.

Tendo em conta que, segundo Saffioti (1999), raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio de uma rede de apoio, é pertinente considerarmos esse fator para compreender os motivos que impossibilitam que a mulher encerre a relação. Essas mulheres sacrificaram a possibilidade de criar vínculos profundos com outras mulheres e pessoas de sua confiança em prol do bem-estar com o parceiro, e sem essa rede de apoio encontraram-se desamparadas quando a violência doméstica iniciou.

III) Idealização do casamento

Ao serem questionadas sobre qual seria uma relação ideal de acordo com suas perspectivas, é notório que o elemento mais recorrente foi usar significantes de oposição ao que haviam encontrado na relação em que sofreram violência doméstica, o que na psicanálise pode ser entendido como a negação, ou seja o mecanismo de defesa de evitar tomar consciência de um conteúdo que produz uma ansiedade acima do suportável, ou a substituição pelo oposto (Laplanche & Pontalis, 1967). Houve a repetição do termo

“fidelidade” nas mulheres que vivenciaram traições e do termo “companheirismo” naquelas cujas motivações para as agressões eram suas queixas acerca da falta de colaboração do parceiro, tanto nos afazeres domésticos quanto no cuidado com os filhos.

“Casamento representa união, amor, companheirismo, fidelidade, alegria, felicidade, tudo que eu não tive” (Rubi, 24 anos).

“Lealdade, fidelidade, reciprocidade, porque também não adianta você amar a pessoa e a pessoa não te amar” (Safira, 28 anos).

“Que ele gostasse de viver as coisas mais simples comigo, nem precisava de muito [...] Companheirismo, sinto falta disso, confiança [...] De você não precisar ocupar o lugar de mãe da pessoa, você ser a companheira... Sentir a segurança de poder construir um sonho [...] De você ter um momento de conseguir conversar sem precisar se agredir [...] Respeito e companheirismo já seria o melhor alicerce de uma relação ideal” (Pérola, 34 anos).

Segundo Zanello (2020) muitas mulheres acabam por se casar com seu próprio casamento, independentemente do parceiro e, principalmente, da satisfação que tenham, ou não, com essa relação. Muitas mulheres suportam melhor o desamor do que o não ter alguém. Em muitos casos, a mediação do casamento se dá pelo ideal que ela gostaria que seu parceiro fosse, ou seja, casam-se com esperança do que ele venha a ser, mais do que com o homem real ali presente. Observamos nas entrevistas como a esperança de encontrar este ideal de relacionamento —que supra as faltas presentes no relacionamento real— contribuiu para a continuidade da relação mesmo depois do início dos episódios de violência.

Como vemos em Narvaz e Koller (2004), na nossa cultura, as mulheres são educadas para atender às necessidades dos homens da família e não às suas próprias. A concepção de uma família ideal envolve também a de mulher ideal, que seja cuidadora, abnegada, altruísta, dedicada e que os homens sejam o principal objeto deste cuidado. Sendo assim, para entender os motivos que levam uma mulher a permanecer com quem a agride, é preciso compreender a realidade de opressão presente em seu cotidiano, que a mantém no polo da subordinação (Cardoso, 1997). Ainda segundo a autora (*ibidem*), o casamento e a maternidade ainda são vistos como as principais fontes de realização feminina, sendo que às mulheres é atribuída a responsabilidade pela mediação das relações afetivas na família. Este elemento também esteve presente no discurso das participantes desta pesquisa, as expectativas com relação ao casamento e a construir uma família, foi um fator, dentre outros, que levaram a permanência na relação de violência e, ao romper com o relacionamento, rompe-se também com este ideal.

Dessa forma, as mulheres que decidem encerrar um relacionamento violento também estão rompendo as expectativas em relação ao casamento e à família, existe um

luto a ser elaborado sobre esses ideais, que compõem o ideal de Eu (Freud, 1923) do ser mulher, constituído a partir das demandas e expectativas dos adultos cuidadores e da cultura sobre a mulher, além de suas vivências pregressas. Assim, é preciso que os profissionais reconheçam as perdas e ganhos que acompanham a decisão da separação, para poder trabalhá-las e, dessa maneira, fortalecer a mulher no redirecionamento e estabelecimento de novos projetos de vida (Da Fonseca et al., 2006).

IV) Relacionamento com os pais

Os pais, como visto no item anterior, exercem grande influência nas escolhas de qualquer pessoa, pois oferecem as primeiras normativas e ideias sobre o mundo, mesmo que sejam questionados posteriormente e a sua presença ou ausência faz uma marca na constituição psíquica. Nossas entrevistadas relatam uma grande importância destas figuras, seja de forma positiva ou negativa. Na teoria psicanalítica, entendemos com Freud (1905) que o desenvolvimento psicosssexual infantil propõe que as pulsões sexuais se apoiam originalmente sobre as pulsões de autoconservação, ou seja, a satisfação sexual é experienciada em relação com as funções vitais de autopreservação que estão, principalmente, atreladas aos cuidadores primários da criança e, posteriormente, as escolhas objetais serão estabelecidas a partir deste modelo de relação presente nos primeiros momentos de vida. Da mesma maneira, as entrevistadas atribuíram influência da relação com seus pais sobre a busca por parceiros amorosos, visto que almejavam encontrar o que não tiveram no seio familiar, como diz Jade:

“Minha mãe sempre desprezava muito o amor que eu dava para ela. Eu sempre queria fazer as coisas para agradar ela, mas ela falava que era falsidade, que eu queria alguma coisa em troca [...] Eu era criança [...] Aí já não tinha um pai e já não tinha o amor da mãe [...] Era muito difícil para mim, eu sempre fui carinhosa e não tinha esse carinho de volta, aí eu acho que isso afetou a vida adulta, porque eu ficava procurando nos relacionamentos esse carinho que eu não tive” (Jade, 37 anos).

Do mesmo modo, as participantes indicaram que fazer parte de uma família na qual não havia um referencial de relações saudáveis contribuiu para a demora em reconhecer que estavam passando por uma situação de violência. Como vemos na fala de Safira:

“Se eu permaneci nesse abuso tantos anos é porque eu não tive estrutura familiar, porque se eu tivesse estrutura familiar eu ia saber como é uma família e sabendo como é uma família, eu iria saber que estava sendo abusada [...] E eu não sabia que estava sendo abusada, a gente só vai descobrindo com o tempo, quando você começa a ver palestras, a ver entrevistas, você começa a entender o mundo [...] E eu

não entendia de família, eu só sonhava em ter uma família, mas eu não sabia como era uma família” (Safira, 28 anos).

Coelho Jr. (2001) considera que na teoria freudiana o objeto amoroso está ligado ao processo da história de vida do sujeito, ou seja, o objeto é determinado também pela história de vida, e fundamentalmente, a história de vida infantil. Neste sentido, a escolha de objeto presente na adolescência e na vida adulta, não acontece ao acaso. O autor entende que o sujeito deve ser pensado como resultado da complexa intensidade dos movimentos pulsionais, bem como das sucessivas identificações, que são possíveis através de uma presença “ativa” de objetos como a mãe e o pai, ou quem exerça as funções materna e paterna. Importante destacar que este referencial saudável não precisa atender ao modelo familiar constituído por um pai, a mãe e os filhos, mas sim de famílias que conseguem suprir a demanda de cuidados que um sujeito em constituição requer para se desenvolver.

A partir dos resultados desta pesquisa é possível constatar que a forma como os laços com os cuidadores primários é estabelecida traz consigo elementos de gênero, através das expectativas e da posição que a criança será destinada no seio familiar pelos aspectos descritos por Scott (1986), como símbolos culturais presentes em contos de fadas, filmes e livros – nos quais a mulher é retratada como dona de casa passiva, assim como preceitos religiosos normativos em relação ao casamento - que deve ser sustentado pela mulher independente da condição, e a lógica binária que sustenta a divisão sexual dos papéis sociais no casamento - elementos que certamente influenciam na constituição do que é ser mulher.

De acordo com Cardoso (1997a), socialização feminina implica a aceitação de situações, ainda que violadoras de sua individualidade, que envolvem desigualdade e anulação de seus desejos e sua cidadania, tendo por finalidade manter a família unida. Tendo isto em vista, é possível pensar em como essas configurações familiares, banhadas pelas marcas da cultura, podem influenciar nas escolhas objetivas de parceiros amorosos, bem como a permanência em uma relação violenta. Dessa maneira, além da desalienação do padrão social imposto pelo gênero, também é necessário um distanciamento da cena familiar sexista, e por vezes violenta, para o trabalho de análise da posição subjetiva das mulheres.

V) Relacionamento com o agressor

Assim, apesar do tema da violência perpetrada pelo parceiro não ter sido evocado diretamente nas perguntas das entrevistas, as mulheres acabaram o mencionando. Esteve presente no discurso destas mulheres também a confusão entre dominação e cuidado. A partir de seus relatos é possível notar que existe uma dificuldade em identificar o que é violência, uma vez que são descritas pelos agressores, por vezes, como atos de cuidado e proteção. Com isto, apontam uma demora para atribuir este sentido ao que estão vivendo, e

o reconhecimento da situação de violência acaba ocorrendo em um momento que há maiores dificuldades em romper o ciclo, pois o agressor detém o domínio de esferas significativas da vida destas mulheres, como vemos nesta afirmação de Safira:

“As atitudes parecem cuidados, elas não parecem agressão no início, “vou conversar para te proteger” “eu atendo a ligação para te proteger” “pode deixar que eu resolvo isso para você” é sempre para te proteger, é sempre para cuidar, mas esse “deixa que eu faço” é para tomar conta da sua vida, tomar conta de tudo [...] Se eu tivesse o conhecimento que eu tenho hoje, eu não tinha passado esses 11 anos com ele [...] A gente demora a acordar, porque a gente pensa que é cuidado, até o ponto de te sufocar tanto, que você percebe que aquilo não é cuidado” (Safira, 28 anos).

De acordo com Saffioti (2004) a iniciativa de romper a relação é da mulher, isto constitui uma afronta para o homem que, na condição de macho dominador, não pode admitir tal ocorrência, podendo chegar a extremos de crueldade, resultando em perseguição, importunação e até mesmo ao feminicídio. Safira, ao romper a relação, sofreu violência patrimonial que, de acordo com Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), consiste em condutas que afetam diretamente os bens ou a possibilidade de controle sobre os bens de um indivíduo. Também passou por violência psicológica, devido às constantes perseguições nos ambientes de trabalho e lazer, e ameaças à sua integridade física e a de familiares. A entrevistada atribui a isto responsabilidade pelos danos causados a sua saúde mental, como podemos ver na seguinte fala:

“Até então, as coisas dele eram psicológicas, eram ameaças, era ir tocar a campainha o dia inteiro, era me ameaçar falando que sabia onde eu trabalhava e ia aparecer lá. E foram essas ameaças que acabaram com a minha mente, foi a perseguição que acabou com a minha mente” (Safira, 28 anos).

Embora a singularidade de cada caso seja evidente, estes relatos também dizem respeito à realidade enfrentada por inúmeras mulheres quando terminam a relação violenta, “no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou tolerância da sociedade para punir o que lhes apresenta como desvio” (Saffioti, 2001, p.115). Ao romper o relacionamento, Safira sofreu retaliações no âmbito profissional, devido a retenção de suas redes sociais pelo agressor, uma vez que esse era o meio de comunicação profissional da vítima e passou por perseguições nos eventos que ministrava, assim ele a impossibilitou de exercer sua função laboral.

Safira julga que houve omissão no âmbito judicial, visto que conseguiu uma medida restritiva apenas quando os episódios de agressão se agravaram, sendo ineficaz para cessar a violência psicológica que estava sofrendo, sobre as consequências do rompimento, ela diz:

“Foi uma covardia o que fizeram comigo, foi pelo tempo, pela injustiça, foi pelo ocorrido [...] Quem me viu sem conseguir me movimentar nem acredita na potência que alguém tem para destruir a vida de uma pessoa [...] Então quando me socorreram já era tarde demais, o meu corpo já não aguentava mais [...] Eu fiquei esses 7 meses sem me movimentar direito [...] Graças a Deus eu tenho um amigo que me tirava do CAPS e me colocava dentro do CAPS, porque eu comecei a me perder [...] Minha família também ficou em cima para eu não me perder [...] E é coisa assim que eu não entendo o porquê, sabe? Tudo que eu fiz foi não querer um homem” (Safira, 28 anos)

Safira relata que perdeu a capacidade de movimentar-se devido à perseguição e a perda do contato com seu filho, ela associa o processo de dissociação da realidade que vivenciou nesta fase com as violências que perduraram por meses. Optamos por compreender a sintomatologia de Safira pela perspectiva de Rosa (2022), segundo a qual um sujeito, que se apresenta em desamparo frente ao discurso vigente, tem seu funcionamento psíquico permeado pela “dimensão traumática”. Nesses casos, a angústia se marcará não como manifestação sintomática psicopatológica apenas, mas como um tempo no qual o sujeito custa a se localizar e que, por essa razão, é vinculado ao sentimento de estranheza, o Unheimliche freudiano. Safira, ao ter sua voz silenciada, destituída de um lugar de fala onde pudesse denunciar as violências que sofreu, passa por um abalo narcísico e eclode a dimensão traumática.

Segundo Rosa (2022), na escuta clínica de sujeitos sob o desamparo discursivo é preciso considerar o acontecimento histórico e as violências passadas, para não os equiparar à fantasia, diferenciando a etiologia e teoria do manejo clínico da angústia e do traumatismo. O manejo clínico é pautado em uma escuta que:

Buscará construir ou realçar estratégias clínicas que remetem tanto à posição desejante, como às modalidades de resistência a esses processos de alienação. A ética e a política da escuta, nessas circunstâncias, baseiam-se em propiciar subverter os signos sociais que são atribuídos aos sujeitos e em lhes dar a possibilidade de restituir um campo mínimo de significantes que possam produzir novas articulações de sentido para a vida [...] Essa alienação e esse enredamento podem ser elucidados pela via da historicização dos laços sociais em certos grupos sociais, o que se dá pelo resgate da memória na e pela experiência compartilhada (Rosa, 2022, p.7).

Portanto, os profissionais precisam se atentar, sobretudo, para não reproduzirem situações de violência contra a mulher, corroborando com a fixação dos papéis de gênero; a função da escuta baseada na psicanálise é a desalienação de posições herdadas da cena familiar, o que comporta uma leitura a partir dos estudos de gênero. Ao estabelecer relações profissionais com pessoas fragilizadas, é preciso cuidado para que tal relação não seja

pautada na infantilização das mulheres, na agressividade, e no incentivo à dependência, ou seja, papéis que reforcem estereótipos danosos, associados a modelos tradicionais de casamento e de relações familiares. Por último, vale ressaltar que a desconsideração das necessidades e do direito que as mulheres têm de fazer opções contribui para o agravamento dos casos de problemas de saúde mental (Diniz & Angelim, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa de campo foi possível constatar que os primeiros laços afetivos de uma criança e o lugar que ela ocupa na estrutura familiar estão relacionados intimamente aos aspectos de gênero (Scott, 1986). Meninas são convocadas a assumir as responsabilidades dos afazeres domésticos e de cuidados com os irmãos mais novos e familiares enfermos, em detrimento de aspirações próprias. São criadas em meio a signos culturais que apontam para a idealização do casamento e rigidez dos papéis tradicionais que associam a mulher ao lugar de esposa e mãe, acima da sua individualidade, seus desejos e necessidades. Dessa maneira, é notório como as dimensões de gênero são estruturantes na constituição subjetiva de homens e mulheres e na organização das relações sociais estabelecidas a partir de desigualdades de poder entre eles. Estas desigualdades se conectam, por sua vez, ao fenômeno da violência cometida contra as mulheres em suas diversas formas. Logo, nos aliamos à autores que defendem que “a abordagem do conceito de gênero é essencial para compreendermos acerca dessas violências, ainda que não limite em si toda a complexidade do fenômeno” (Guimarães & Pedrosa, 2015, p. 256).

Além disso, a forma como o fenômeno se configura nos fornece indícios para a necessidade de repensarmos o feminino hoje, abrindo novas possibilidades para o acesso ao campo do desejo que não envolva atender ao desejo masculino, possibilitando que mulheres ocupem uma posição de protagonismo na produção do que é dado como feminino, para que possam desfrutar de novas formas de subjetivação, e não enxerguem uma relação permeada pela dor física e psíquica como a única forma possível de viver. Estas intervenções se beneficiam também de uma leitura psicanalítica, que embora deva ser feita com cuidado e responsabilidade é essencial para a análise do desejo.

No âmbito das respostas deste estudo à sociedade, entendemos que a ciência, por vezes, corrobora com a dominação e domesticação social quando o seu discurso é utilizado equivocadamente, como instrumento de legitimação e naturalização das desigualdades e subordinações, quer seja de gênero, de classe, geracional ou étnico. A literatura científica, neste cenário, pode ser utilizada para legitimar os discursos de naturalização e biologização das diferenças, e infelizmente, de culpabilização das mulheres nas situações de abuso (Fonseca, 1997; Foucault, 1979). Nesse sentido, as teorias são inseparáveis das crenças e conceitos que as constituem, o que influencia no modo como as situações são abordadas.

Entendemos que as tentativas de intervenções profissionais ou pessoais são influenciadas por nossa própria história e sistema de valores, assim como as teorias e conceitos de todas as abordagens, inclusive o gênero e a psicanálise, por sua vez, são influenciados pela micropolítica (Fonseca, 1997; Jones, 1994). Portanto, é importante ater-se aos modos de sofrimento produzidos socialmente (Rosa, 2016), levando em consideração o aspecto singular e o social que nos cerca, a fim de que nunca percamos o norte ético e político que deu origem à teoria, tendo em vista a alteridade como valor fundante do discurso. Com essa abordagem, que insiste sobre fatos já conhecidos, é possível repensarmos possibilidades de manejo clínico psicanalítico com mulheres vítimas de violência doméstica para uma abordagem que leve em consideração que a história coletiva sempre incide na individual.

REFERÊNCIAS

Boni, V., & Quaresma S. J (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, 2(1), 68-80.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>

Brasil. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

Cardoso, N. M. (1997a). Psicologia e relações de gênero: a socialização do gênero feminino e suas implicações na violência conjugal em relação às mulheres. In A. V. Zanella, M. J. T. Siqueira, L. A. Lhullier & S. I. Molon (Orgs.), *Psicologia e práticas sociais* (pp. 280-292). ABRAPSOSUL.

Cardoso, N. M. (1997b). Mulher e maus-tratos. In M. N. Strey (Org.), *Mulher: Estudos de gênero* (pp. 127- 138), UNISINOS.

Chauí, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. In R. Cardoso, M. Chauí, M. C. Paoli & SOS Mulher (Orgs.), *Perspectivas antropológicas da mulher* (Vol. 4, pp. 23-62). Jorge Zahar.

Coelho Júnior, N. E. (2001). A noção de objeto na psicanálise freudiana. *Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 4(2), 37–49. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982001000200003>

Côrtes, G. R. (2012). Violência doméstica: centro de referência da mulher “Heleieth Saffioti”. *Estudos de Sociologia*, 17(32), 149-165.
<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4932/4121>

Andrade, M. S., & Martins, A. S. (2025). Um olhar psicanalítico sobre as narrativas de mulheres vítimas de violência doméstica. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 5, e025001.

Da Fonseca, P. M., & Lucas, T. N. S. (2006). Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas [Trabalho de conclusão de curso, Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública]. <http://repositorio.laboro.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2235>

Devries, K., Watts, C., Yoshihama, M., Kiss, L., Schraiber, L. B., Deyessa, N., Heise, L., Durand, J., Mbwambo, J., Jansen, H., Berhane, Y., Ellsberg, M., Garcia-Moreno, C., & WHO Multi-Country Study Team (2011). Violence against women is strongly associated with suicide attempts: evidence from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women. *Social science & medicine* (1982), 73(1), 79–86. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2011.05.006>

Diniz, G. R. S., & Angelim, F. P. (2003). Violência doméstica – por que é tão difícil lidar com ela? *Revista de Psicologia da Unesp*, 2(1), 20-35. <https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/view/14>

Dunker, C. I. L., Paulon, C., & Milán-Ramos, J. G. (2016). *Análise psicanalítica de discurso: perspectivas lacanianas*. Estação das Letras e Cores.

Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 6(1), 115–138. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982003000100007>

Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Elefante.

Fonseca, T. M. G (2008). Psicologia e relações de gênero: o gênero da ciência psicológica. In A. V. Zanella, M. J. T. Siqueira, L. A. Lhullier & S. I. Molon (Orgs.), *Psicologia e práticas sociais [online]*. (pp. 297-302). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. <https://books.scielo.org/id/886qz>

Foucault, M. (1997). *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Graal.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Graal.

Freud, S. (1905). Três ensaios sobre as teorias da sexualidade. In S. Freud, *Obras completas, volume 6: Três ensaios sobre a sexualidade, análise fragmentaria de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos* (pp. 73-120). Companhia das Letras.

Freud, S. (1919). Bate-se em uma criança. In S. Freud *História de uma neurose infantil "O homem dos lobos", Além do princípio do prazer e outros textos* (pp. 293-327). Companhia das Letras.

Andrade, M. S., & Martins, A. S. (2025). Um olhar psicanalítico sobre as narrativas de mulheres vítimas de violência doméstica. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 5, e025001.

Freud, S. (1920). *Além do princípio de prazer*. L&PM Editores.

Freud, S. (1923). O Eu e o Id. In S. Freud *O Eu e o Id, "autobiografia" e outros textos* (pp. 13-76). Companhia das Letras.

Freud, S. (1924a). O problema econômico do masoquismo. In S. Freud, *O Eu e o Id, "autobiografia" e outros textos* (pp. 184-202). Companhia das Letras.

Freud, S. (1924b). A dissolução do Complexo de Édipo. In S. Freud, *O Eu e o Id, "autobiografia" e outros textos* (pp. 203-2013). Companhia das Letras.

Freud, S. (1933). "A feminilidade". In S. Freud, *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos* (pp.263-293). Companhia das Letras.

Gomes, N. P., Diniz, N. M. F., Reis, L. A. dos, & Erdmann, A. L. (2015). Rede social para o enfrentamento da violência conjugal: representações de mulheres que vivenciam o agravo. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 24(2), 316–324. <https://doi.org/10.1590/0104-07072015002140012>

Guimarães, M. C., & Pedroza, R. L. S. (2015). Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 256–266. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256>

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>

Hornstein, L. (1989). *Introdução à psicanálise*. Escuta.

Jones, E. (1994). Feminismo e terapia de família: os casamentos complicados podem dar certo? In R. J. Perelberg & A. C. Miller (Orgs.), *Os sexos e o poder nas famílias* (pp. 75-93). Imago.

Laplanche, J., & Pontalis J. B., (1967). *Vocabulário da psicanálise*. Martins Fontes.

Lima, G. Q. de, & Werlang, B. S. G. (2011). Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. *Psicologia Em Estudo*, 16(4), 511–520. <https://www.scielo.br/j/pe/a/GShYc5SHq9SVcrwbyXxbSbT/?lang=pt>

Martins, A. S. (2019). O poder e o corpo por trás do texto: metodologia na psicanálise política. *Clínica & Cultura*, 8(1), 51-63.

Andrade, M. S., & Martins, A. S. (2025). Um olhar psicanalítico sobre as narrativas de mulheres vítimas de violência doméstica. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 5, e025001.

<https://periodicos.ufs.br/clinicaecultura/article/view/15071>

Martins, A. S.; Santiago, L. M. (2020). A origem do destino criado para as mulheres pela psicanálise: por uma leitura reparadora através atas da Sociedade das Quartas-feiras. In A. A. Martins & L. Silveira (Orgs.), *Freud e o Patriarcado* (pp. 83-111). Hedra.

Miranda, C., & Ramos, J. (2014). “Uma mulher espancada”: a violência doméstica contra mulher à luz da psicanálise. *Revista ECOS*, 4(1), 35-49.

<http://periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1297>

Moreira, L. S. (2014). O mito do masoquismo feminino. In A. A. Martins (Org.), *Limiares: desafios contemporâneos da psicanálise* (pp. 75-92). Blucher.

Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2004). Famílias, gêneros e violências: Desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. In M. N. Strey, M. P. R. Azambuja & F. P. Jaeger (Orgs.), *Violência, gênero e políticas públicas* (Vol. 2, pp. 149-176). EDIPUCRS.

[https://www.researchgate.net/profile/Martha-](https://www.researchgate.net/profile/Martha-Narvaz/publication/344077247_FAMILIAS_GENEROS_E_VIOLENCIAS_Desvelando_as_tramas_da_transmissao_transgeracional_da_violencia_de_genero_1/links/5f5134cfa6fdcc9879c98fcc/FAMILIAS-GENEROS-E-VIOLENCIAS-Desvelando-as-tramas-da-transmissao-transgeracional-da-violencia-de-genero-1.pdf)

[Narvaz/publication/344077247_FAMILIAS_GENEROS_E_VIOLENCIAS_Desvelando_as_tramas_da_transmissao_transgeracional_da_violencia_de_genero_1/links/5f5134cfa6fdcc9879c98fcc/FAMILIAS-GENEROS-E-VIOLENCIAS-Desvelando-as-tramas-da-transmissao-transgeracional-da-violencia-de-genero-1.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Martha-Narvaz/publication/344077247_FAMILIAS_GENEROS_E_VIOLENCIAS_Desvelando_as_tramas_da_transmissao_transgeracional_da_violencia_de_genero_1/links/5f5134cfa6fdcc9879c98fcc/FAMILIAS-GENEROS-E-VIOLENCIAS-Desvelando-as-tramas-da-transmissao-transgeracional-da-violencia-de-genero-1.pdf)

Narvaz, M. G. (2010). Masoquismo feminino e violência doméstica: reflexões para a clínica e para o ensino de Psicologia. *Psicologia Ensino & Formação*, 1(2), 47-59.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2177-20612010000200005&script=sci_arttext

Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. Paz e Terra.

Rocha, R. Z., Galeli, P. R. & Antoni, C. (2019). Rede de apoio social e afetiva de mulheres que vivenciaram violência conjugal. *Contextos Clínic*, 12(1), 124-152.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-34822019000100007&script=sci_arttext

Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 4(2), 329-348.

<https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/1509>

Rosa, M. D., & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 180–188. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100021>

Rosa, M. D. (2022). Sofrimento Sociopolítico, Silenciamento e a Clínica Psicanalítica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, e242179. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242179>

Rose, J (2020). Introdução II a Feminine sexuality. In A. A. Martins, & L. Silveira. *Freud e o Patriarcado* (pp. 265-302). Hedra.

Saffioti, H. I. B. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo Em Perspectiva*, 13(4), 82–91. <https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000400009>

Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, (16), 115–136. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>

Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. Bahia-BA, Ministério Público do Estado da Bahia. <https://dspace.sistemas.mpba.mp.br/handle/123456789/754>

Santos, A., Martins, A. S., Barbosa, B. C. S., Lucas, C. C. O., Silva Filho, E. A., Souza, P. S., & Pereira, T. L. D. (2021). A objetualização da categoria mulher nas construções psicanalíticas: um tipo de violência de gênero. In L. Danziato, L. C. Telxeira & J. Gaspard (Orgs). *Violência de gênero e ódio ao feminino* (pp.153-172). CRV.

23

Silveira, L. (2024). Por que “masoquismo feminino”? In A. A. Martins (Org.) *Limiares: desafios contemporâneos da psicanálise* (pp. 75-92). Blucher.

Scott, J., (1986). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In H. B. Hollanda (Org.) *Em Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. (pp. 49-82). Bazar do Tempo.

Venturini, G., & Godinho, T. (Orgs.). (2013). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. Fundação Perseu Abramo/Sesc. https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/pesquisaintegra_0.pdf

Zanello, V. (2020). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris.

Recebido em: 01º/04/2024

Reapresentado em: 01º/02/2025

Aprovado em: 20/05/2025

SOBRE AS AUTORAS

Mayara de Sousa Andrade é formada em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Durante a graduação frequentou grupos de estudos de gênero, raça e classe. Também realizou uma pesquisa acerca de como as questões de gênero atravessam a clínica psicanalítica. Atualmente trabalha como psicóloga clínica e como acompanhante terapêutica escolar.

Aline Souza Martins é Professora de Psicologia da Universidade Mackenzie. Mestre (2014) e Doutora (2020) em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. Fez estágio na Birkbeck University of London (2018). Participa das Rede Interamericana de Pesquisa em Psicanálise e Política (Redippol), do Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política (Psopol), do grupo Amarrações e Grupo de Estudos, Pesquisas e Escritas Feministas (Gepef). Vencedora do Prêmio Marcus Vinícius (CRP).